

## UNIFORMES: DISCIPLINA E TÁTICAS NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

### *Uniforms: discipline and tactics in the Brazilian Expeditionary Force*

Trento, Patrick Aparecido; Licenciado; Universidade Estadual de Maringá;  
patrick\_trento@hotmail.com<sup>1</sup>

Simili, Ivana Guilherme; Doutora; Universidade Estadual de Maringá,  
ivanasilimili@ig.com.br<sup>2</sup>

La Moda – Laboratório de Estudos e Pesquisas em História, Moda e Cultura

#### **Resumo:**

O estudo do uniforme militar proporciona um vasto campo de análise para a história da moda. As indumentárias militares fornecem material para o exame de valores, determinações e percursos que guiam a constituição de um grupo militar. Nessa ótica, objetiva-se a compreensão do papel do uniforme na construção de multiplicidades de aparência dentro da Força Expedicionária Brasileira.

Palavras Chave: uniforme, aparência, disciplina, Força Expedicionária Brasileira.

#### **Abstract:**

*The study of the military uniform provides a large field of comprehensive analysis to the history of fashion. Military costumes provide material for the examination of values, determinations and pathways that guide the formation of a military group. From this perspective, the goal is to understand the uniform role in building appearance of multiplicities within the Brazilian Expeditionary Force.*

*Keywords: uniform, appearance, discipline, Brazilian Expeditionary Force.*

#### **Introdução**

A moda nos proporciona um mirante, do qual se pode observar com clareza ambientes políticos, culturais e econômicos de uma época (VEILLON, 2004). É partindo desse pressuposto que se propõe um estudo de caráter histórico, que se vale da materialidade das roupas para traçar contextos, conflitos, anseios, dentre

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá e atualmente é aluno do Mestrado do Programa de Pós Graduação em História pela mesma instituição.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

outros, possibilitando assim um olhar menos tradicional para temas como a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), já abarrotados de abordagens que partem essencialmente de aspectos mais tradicionais, como as já citadas visões economicistas e políticas.

Faces como as relações de poder empregadas dentro de grupos militares, entendendo seus integrantes como ativos dentro do processo de constituição do próprio grupo, produtos e produtores de condições de vida e aparências, emergem como horizontes para perceber o papel das indumentárias e da moda entre os soldados brasileiros que participaram do conflito mundial. A formação da Força Expedicionária Brasileira, após a declaração de guerra brasileira aos países do Eixo pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1942, e sua atuação ao lado dos países Aliados no conflito mundial no ano de 1944, no Teatro de Operações do Mediterrâneo, mais efetivamente em solo italiano, nos fornece um objeto que pode assim ser definido: captar e perceber as modelagens das aparências que formataram as concepções de “soldados da Pátria”.

Diante disso, os uniformes utilizados no front de batalha compõem uma boa forma de se operar essa análise, a de se perceber como eles podem modelar e apropriar um corpo com base em um poder, mas que ao mesmo tempo se rende ao movimento do consumo, isto é, como a indumentária pode carregar os jogos de poder, nos revelando simultaneamente os signos perpetrados por um poder imposto e pela resistência para com esse poder.

Tendo essas concepções como curso, permite-se analisar as instâncias desse jogo, a fim de compreender as multiplicidades possíveis que desse cenário possam vir a aparecer. A moda assim figura como um vetor de transformações.

### **Uniforme: estratégico e tático**

Um grupo que se estabelece, o faz em detrimento da diferenciação a outro (ELIAS; SCOTSON, 2000). Se faz pertinente assim, entendermos aspectos que dão coesão para um grupo militar. A compreensão de si enquanto díspar e superior frente aos grupos civis ou perante o inimigo, fundada na homogeneidade de seus membros, moral e fisicamente, figura como perspectiva central. Há na ideia do

militarismo uma impressão de distanciamento de outros grupos pela sua conceituação subjetiva transposta objetivamente através de práticas e condutas compartilhadas pelos seus membros, ou seja, o militar se contrói enquanto tal a partir de uma disciplinarização do corpo ajustada ao código militar (CASTRO, 2004).

Hierarquia e disciplina são dentro desse código, bases fundamentais para a construção dos sujeitos militares. Tais ideias podem ser encontradas em discussão por Michel Foucault (2014), que postula:

Exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam (FOUCAULT, 2014, p. 179).

Para tal, mediante um conjunto de estratégias de socialização, visa-se a domesticação dos novos membros, agindo de maneira que se adequem ao grupo, introduzindo valores possibilitando a “docilização” dos corpos, tornado-os úteis (BRITO; PEREIRA, 1996).

Foucault (2014) coloca ainda que em inícios do século XVII, a figura ideal de um soldado era aquela a qual se poderia reconhecer já à distância, carregando naturalmente as características desejadas, como força, vigor, coragem, valentia, tendo em seu corpo o brasão disso tudo, alcançando-o através da vida honrada. Há, porém, após meados do século XVIII, transformações nessa concepção tornando o soldado em algo que se fabrica, saindo de um corpo inapto, sem forma, até uma máquina da qual se necessita, assenhoriando-se desse corpo, dando “fisionomia de soldado” para um até então civil.

Tem-se dessa maneira, um corpo com utilidade, submetido e dócil, ou seja, aquele corpo “que pode ser utilizado, que pode ser transformado, e aperfeiçoado”. O trabalho de adestramento é feito ao nível do detalhe e da mecânica, e tudo, desde gestos até atitudes, são minuciosamente pensados objetivando a eficácia e a economia dos movimentos.

Esses métodos que impõem as relações entre docilidade e utilidade, como diz Foucault, podem ser chamadas de “disciplinas”. Tais processos diferem de outros como as relações unilaterais e de constante domínio da domesticação, baseadas na vontade singular de quem coage, das violentas e custosas relações de escravidão,

das submissões que caracterizam as vassalidades, donas de uma complexa rede de códigos, marcadas mais pela obediência do que pela ação no corpo ou dos ideais ascéticos, que visam mais o controle de si próprio do que um aumento de utilidade. A chave para o entendimento das disciplinas figura na postulação de seu caráter de tornar o corpo “mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (2014), pois não se domina mais o corpo de outro apenas para que ele faça, mas também faça a partir das técnicas, cadência e efetividade desejada.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais (...). A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 2014, p. 167).

Tendo isso em vista, o campo da moda e das indumentárias, figura também dentro dessas possibilidades disciplinares. Como em Kathia Castillo (2004), a moda modela o corpo através de sua linguagem. Dá significados novos e diversos ao corpo humano, apropriando-se dele, exercendo as transformações necessárias para tal. Nem só isso, as roupas tem papel fundamental na viabilização de um sistema hierárquico, evidenciando patamares, tarefas e responsabilidades dentro da estrutura.

A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando (...). Havia sido aperfeiçoado na Escola Militar um sistema complexo de hierarquização “honorífica”, em que as roupas traduziam essa classificação aos olhos de todos, e castigos mais ou menos nobres ou vergonhosos estavam ligados, como marca de privilégio ou de infâmia, às categorias assim distribuídas. Essa repartição classificatória e penal se efetua a intervalos próximos por relatórios que os oficiais, os professores, seus adjuntos fazem, sem consideração de idade ou de posto, sobre “as qualidades morais dos alunos” e sobre “seu comportamento universalmente reconhecido” (FOUCAULT, 2014, p. 178).

Portanto, indo de encontro com essas acepções, os uniformes dos soldados brasileiros que partiram para o Teatro de Operações do Mediterrâneo em 1944,

fornece-nos indícios do poder disciplinar exercido sobre eles, a fim de organizarem-se como um grupo militar coeso e apto a lutar, revestindo seus corpos de significados e valores que lhes relegariam caráter guerreiro, deixando no Brasil suas faces paisanas.

Indo então na esteira do entendimento dos uniformes na qualidade de disciplinadores e capazes de agregar sentido para um corpo, além de hierarquizá-los, vê-se importante a trajetória das mudanças de composições dentro da tradição militar brasileira do século XX.

Como conta Barros de Araujo (2014), após os eventos de Canudos e do Contestado, em finais do século XIX e inícios do XX, os uniformes do Exército Brasileiro conheceram modificações no que tange principalmente as cores, tecidos e cortes. Adota-se ao invés de cores mais chamativas e vibrantes como o azul e o vermelho, comum em épocas anteriores, cores em tons mais sóbrios como o cáqui e o verde-oliva, dificultadores do comando em batalha, mas em outra via, mais seguros com a proteção da camuflagem. Essas mudanças tiveram lugar e padrão mediante os regulamentos específicos do Exército.

Em exemplo disso, o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (RUPE), foi na primeira metade do século XX, um documento normativo que objetivava a padronização dos uniformes e dos usos que deles deveriam ser feitos. Foi aprovado em 10 de agosto de 1942, pelo Decreto 10.205, e regulamentava as variedades de tecidos e as peças que compunham os uniformes, atrelados aos modelos efetivos no Estabelecimento Central de Material de Intendência. Porém, o que mais interessa aqui, era o regimento para os diversos uniformes usados por oficiais, cadetes ou praças.

Os uniformes previstos pelo RUPE, a princípio seriam os que o Exército Brasileiro usaria em caso de declaração de guerra, elencava do 1º ao 7º uniforme e a sua distribuição se dava entre dois grupos. O primeiro, oficiais, cadetes e alunos, utilizariam todos os números de uniformes previstos pelos regimentos, enquanto o segundo grupo, o de praças, subdividido entre subtenentes e sargentos, cabos e soldados, fariam uso apenas do 2º ao 7º número.

Contudo, a aparência dos uniformes contidos no RUPE diferia dos padrões adotados pelos estadunidenses, se aproximando mais aos moldes europeus, em

especial ao alemão, o que conferia um problema, já que o alinhamento brasileiro, a partir de 22 de agosto de 1942, com a declaração de guerra aos países do Eixo, se deu em especial ao lado dos Estados Unidos.

Nascem assim o Plano de Uniformes da FEB e o Caderno de Encargos de Material de Intendência, ambos padronizados com os estadunidenses. Surgidos do decreto 15.100 de 20 de março de 1944, foi o início da preparação dos equipamentos a serem usados de fato no campo de batalha.

Previa-se por esse plano assim, que os uniformes teriam simplicidade e não modificou radicalmente o que já vinha sendo utilizado pelo regulamento anterior, abolindo ou tolerando, além de adicionar novos itens visando um melhor desempenho. Nota-se que nenhuma peça fora do estipulado ou de condições poderia ser encaminhada até o Teatro de Operações, seja por praças ou oficiais, tendo as seguintes constituições: uniformes de oficiais de passeio e de combate, uniformes de praças de passeio e de combate e uniformes de cabos e soldados de passeio e de combate.

Atendo o exame apenas na constatação do que diz o plano de uniformes, seria tentador inferir a homogeneidade e a distinção hierárquica que as indumentárias da FEB conferiam. Mas como essas determinações foram realmente adotadas, consumidas? Era esse poder disciplinador forte o suficiente para alcançar esse grau de coesão durante o conflito ou nos viabiliza a constatação da abertura de brechas para o múltiplo, o diverso, ainda que organizado?

Em vista disso, o olhar para as pequenas subversões e resistências que ocorrem ao nível do consumo é importante, assim como em Certeau (1998). Complementarmente às ideias de Foucault, entende-se que ainda que os corpos nos permitam enxergar as forças das disciplinarizações, há a possibilidade de movimentos nem sempre passivos de consumo dessas relações. Desse modo, me ocupo nos desvios das práticas postas pelo regimento de uniformes, fazendo dos soldados personagens ativos e produtores do que representaram suas próprias indumentárias, preocupando-se com os procedimentos táticos da rotina no front ou em tempos de inexistência de conflito, no que se refere ao uso do uniforme.

As “maneiras” de vestir encontradas durante a participação das tropas brasileiras no Teatro de Operações do Mediterrâneo criam combinações de

utilização da ordem imposta pelo seu lugar militar, estabelecendo pluralidades, dando margem ao criativo. Uma inferência que pode ser feita que corrobore com as afirmações anteriores, reside no fato da exposição das tropas da FEB a novas formas organizacionais, muito no que tange ao estilo dos uniformes, que até antes do conflito mundial se aproximavam muito mais de modelos europeus, com maior presença da influência francesa por conta da Missão Militar Francesa, que esteve no Brasil a partir de 1919, objetivando a modernização das fileiras, mas que após a declaração de guerra ao Eixo, em 1942, teve seu alinhamento claramente deslocado para a órbita dos Estados Unidos e com isso trazendo ideias e produtos que não faziam parte das experiências bélicas brasileiras.

Vê-se, portanto, ao contato com diferentes lugares, como a tradição militar estadunidense, um favorecimento das subversões:

Essas operações de emprego - ou melhor, de reemprego - se multiplicam com a extensão dos fenômenos de aculturação, ou seja, com os deslocamentos que substituem maneiras ou “métodos” de transitar pela identificação com o lugar (...). Gosto de dar-lhes o nome de *usos*, embora a palavra designe geralmente procedimentos estereotipados recebidos e reproduzidos por um grupo, seus “usos e costumes”. O problema está na ambiguidade da palavra pois, nesses “usos”, trata-se precisamente de reconhecer “ações” (no sentido militar da palavra) que são a sua formalidade e sua inventividade próprias e que organizam em surdina o trabalho de formigas do consumo (CERTEAU, 1998, p. 93).

Como o faz Certeau, exemplificando com o ato de falar, onde o sujeito se serve de um “capital” linguístico, o idioma propriamente dito, mas que só se faz real na palavra, na operação de consumo que se faz desse arcabouço, na fala, no modo de dizer, permeando as nuances do contexto no qual tem de ser empregada, sendo produto, mas também a produzindo.

Isto posto, contudo, não consegue sozinho precisar as relações de poder envolvidas nas determinações hierárquicas dos uniformes. Ações que em aparência são carentes de sentido, sem coerência com as determinações do lugar pré-fabricado de onde advêm, esboçam as astúcias, diferentes necessidades e desejos, em suma, táticas de sobrevivência.

Escapa muitas vezes aos sistemas organizacionais, o que é feito com eles, os modos de recebimento. Surge assim o campo de batalha que tem como seus atores a norma e a operação dela, ou estratégias e táticas:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (...). Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro (...). Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência do próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (CERTEAU, 1998, p. 99-100).

Logo, a estratégia é o artifício de se constituir enquanto apropriado e o seu outro, o desapropriado. Nessa proposta, construir-se enquanto grupo militar, utilizando-se das roupas nesse processo caracteriza uma estratégia, o regulamento de uniformes evidencia isso, postula as adequações, as hierarquizações, necessárias a coesão interna e frente ao inimigo.

As táticas, “arte do fraco”, toma lugar no outro, no inapropriado, dá golpes nas estratégias quando da ausência de poder, na ótica foucaultiana, na falha da vigilância. Retomando Barros de Araujo (2014, p. 73), vê-se que enquanto as tropas brasileiras estiveram em combate na Itália, os soldados, ainda que cientes das proibições no que diz respeito ao uso de peças diferentes ou mistura de roupas civis ao uniforme militar, prescritas no regulamento, faziam combinações de acessórios, blusas, paletós, tanto aos uniformes de combate quanto aos de passeio. Táticas são vistas aí, subvertendo a estratégia inicial, tendo, por exemplo, motivações logísticas e de adversidades da campanha na Europa.

De maneira geral, pelo RUPE e o Plano de Uniformes da FEB, não traziam mudanças significativas no que consta ao uso dos uniformes em combate durante o inverno europeu. Não se configurou com regularidade aspectos como: “manutenção da integridade física dos soldados em relação ao frio, durabilidade dos tecidos e costuras, secagem rápida, conforto, tingimento adequado, proteção para os pés proporcionados por meias e calçados apropriados” (BARROS DE ARAUJO, 2014, p. 70-71).

Botas de combate pesadas e não resistentes ao frio, bem como as roupas de lã, que além de tudo traziam problemas em suas tonalidades, que dependendo da origem, estadunidense ou brasileira, podiam apresentar tons mais próximos aos alemães que aos norte-americanos. Os uniformes verde-oliva confeccionados em lã,

por exemplo, tinham uma tonalidade mais acinzentada, levando até mesmo a erros de identificação no campo de batalha, sem relatos de apresentação de soluções, ao menos documentalmente.

Barros de Araujo (2014, p. 73. 74) cita então, que quase a totalidade dos soldados da FEB fazia uso de composições diversificadas, em operações e momentos de descanso, expondo assim a multiplicidade de modos de ser possibilitados por esse grupo. Pelos apenas três tamanhos, pequeno, médio e grande, distribuídos, nem sempre os uniformes se ajustavam perfeitamente ao corpo, muitas vezes desconfortáveis. Soluções como o apelo para costureiras italianas, que recortavam, adaptavam os tamanhos, reforçavam costuras, inseriam bolsos, chegando até a autorização pela troca do distintivo brasileiro pelo da cobra fumando, aludindo ao bordão muito usado pelos praças “a cobra vai fumar”, referente a famosa frase de Getúlio Vargas de que era “mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na Guerra”. Diante desse cenário, originalidade e multiplicidade são inevitáveis.

### **Considerações finais**

De um lado então os regulamentos, as hierarquias bem definidas, de outro, as questões práticas do recebimento desses poderes. Estratégias e táticas se movem pelos campos de batalha Europa conflituosa e pelos próprios campos de luta internos compostos pelos grupos atores do contexto.

Muito já se tem falado sobre as questões políticas que os uniformes da FEB poderiam nos trazer à tona ou as mazelas econômicas que a ineficiência industrial brasileira, perante as potências beligerantes do período, se faz observar nas dificuldades enfrentadas no front com a qualidade das roupas. No entanto, o que se espera retirar desse meio, é o cuidado em examinar as diversas possibilidades de ser que as circunstâncias fazem emergir, as múltiplas expressões de masculinidade, beleza, seus comportamentos e aparências que daí se criam.

O que vem a ser proposto, é o entendimento da Força Expedicionária Brasileira como um grupo que ao mesmo tempo em que atingiu coesão a ponto de alcançar êxito no combate, carregava consigo grande multiplicidade em seus atores,

atentando-se então para esse objeto não apenas em seus aspectos políticos ou bélicos, mas abrir à possibilidade da análise das relações de poder estabelecidas em seus diversos segmentos, atreladas com as questões da moda e gênero.

## Referências

- BARROS DE ARAUJO, I. V.. Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: Contribuições para atuais e futuras demandas logísticas do Exército Brasileiro. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Ciências Militares) - Escola Marechal Castello Branco, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.
- BRITO, M. J.; PEREIRA, V. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. *Revista de Administração Pública*, 30(4), 138-165, 1996.
- CALANCA, Daniela. História social da moda. São Paulo: SENAC, 2008.
- CASTILHO, K.. Moda e linguagem. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.
- CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CYTRYNOWICZ, R. Guerra sem Guerra. A mobilização em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial Universidade de São Paulo, 2000.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- IZECKSOHN, V. Quando era perigoso ser homem. In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary Del (Org.) História dos Homens no Brasil. São Paulo: Editora Unes, 2013. p. 267-297.
- VEILLON, Dominique. Moda & guerra: um retrato da França ocupada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.